



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*  
Gabinete da Direção-geral

OFÍCIO INTERNO Nº 243/2021/GAB/RESTINGA/IFRS

Porto Alegre, 08 de outubro de 2021.

À  
CIS Local  
do *Campus Restinga* do IFRS

**Assunto: Solicitação de parecer referente à alteração na IN Nº 01/2018.**

Prezados(as),

Ao cumprimentá-los(as), solicitamos a emissão de parecer da referida comissão sobre a proposta de alterações da Instrução Normativa nº 01, de 15 de outubro de 2018, que institui o Cadastro Permanente de Localizações e regulamenta o processo de movimentação de servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação entre unidades organizacionais (setores) no âmbito interno do *Campus Restinga*.

O prazo para a emissão do parecer é de 15 (quinze) dias úteis, conforme § 1º do art. 17 do Regimento Interno do Conselho de *Campus*, e deverá ser enviado até o dia 1º de novembro de 2021 para o e-mail gabinete@restinga.ifrs.edu.br.

A seguir, segue um breve histórico do grupo de trabalho e contextualização dos trabalhos:

A referida proposta é oriunda de um grupo de trabalho, com origem no Grupo Diretivo do *Campus Restinga*, que teve por objetivo realizar um estudo a respeito das formas de possibilitar à gestão reequilibrar a distribuição das demandas de trabalho e/ou forças de trabalhos dos TAEs da unidade, buscando melhorar os serviços prestados em articulação com a qualidade de vida das(os) servidoras(es). A proposta busca manter o espírito da IN 01/2018, mas viabilizar à gestão enfrentar os novos problemas que momentos específicos nos apresentam.

Observamos que, até o presente momento, as decisões relativas à sobrecarga de trabalho e a sobreposição sazonal de atividades ocorrida em momentos específicos em diferentes setores, bem como, a forma de geri-las viabilizando os direitos dos trabalhadores de cada setor com licenças interesse e capacitação, por exemplo, tem sido definida diretamente pela Direção-geral em diálogo apenas com os setores mais diretamente impactados pelas ausências.

Essas decisões em nossa concepção são, de certo modo, fragmentadas, pois levam em conta apenas as partes mais envolvidas na decisão - cotidianamente apenas o próprio setor do servidor que se ausente. Isso tem gerado a falsa impressão de que o dimensionamento de cargos, funções e processos de trabalho institucional esteja, em alguns momentos, adstrito às paredes dos setores. Como consequência desse *modus operandi*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*  
Gabinete da Direção-geral

percebeu-se, por um lado, um recorrente tensionamento para concessão dos direitos dos servidores e, por outro, a consequente dificuldade para gestão da realocação de tarefas e processos de trabalho de modo global, considerando o todo institucional e o interesse da administração.

Compreendemos a força de trabalho dos servidores públicos de modo geral, e dos técnico-administrativos em educação de modo particular, resguardadas as especificidades de fazeres, como uma força de trabalho que é institucional e que pode, em momentos específicos, colaborar para que ao mesmo tempo em que se concedem direitos, se atendam com qualidade e equidade o interesse da administração e de seus processos de trabalho.

Deste modo, buscou-se construir, como proposta no grupo de trabalho, um procedimento institucional transparente, que subsidie as decisões da gestão de forma colaborativa, evitando que o usufruto dos direitos dos servidores seja gerador de obrigações de reorganização interna apenas para as equipes/áreas dos locais de onde esses servidores são oriundos, com a impressão de que os setores sejam o *locus* de absorção integral do impacto das ausências de servidores no *Campus Restinga*.

Além disso, historicamente esse tipo de análise, possibilidade ou não de uma licença interesse ou capacitação, por exemplo, está culturalmente centrada na atenção ao direito dos servidores que se ausentam nem sempre dando a devida atenção aos modos, fluxos e tempos para que os que ficam, construam os trâmites de reorganização dos processos de trabalho, da oferta de serviços substitutivos à comunidade escolar ocasionados por essa ausência.

Com base no anteriormente explicitado, a proposta deste grupo de trabalho são ajustes nesta Instrução Normativa, de modo que seu fluxo comporte a flexibilidade da absorção do impacto das ausências de servidores institucionalmente, sendo esta absorção diluída de modo global em diálogo com o Grupo Diretivo e com as Equipes. Entende-se que esta é uma forma responsável de a instituição viabilizar a manutenção dos serviços e o interesse da administração e a concessão de direitos, na lógica de que, quanto mais divididas as responsabilidades decisórias e de trabalho remanescentes às ausências, menor carga de trabalho precisa ser suportada por cada um dos trabalhadores, melhorando a qualidade de vida de todos.

Atenciosamente,

RUDINEI MULLER:49486942072

Assinado de forma digital por RUDINEI  
MULLER:49486942072  
Dados: 2021.10.08 21:02:08 -03'00'

Diretor-geral do IFRS *Campus Restinga*  
Portaria IFRS nº 157/2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga  
CIS Local

**Parecer nº: 21/2021 – CIS/IFRS/RESTINGA**

Processo nº: OFÍCIO INTERNO No 243/2021/GAB/RESTINGA/IFRS

Objeto: Solicitação de parecer referente à alteração na IN Nº 01/2018

Direção Geral e Gabinete do Campus Restinga - IFRS

Relator/a: Gabriella Fraga Da Ré

Data de emissão do parecer: 28/10/2021

**Relato:**

Trata-se de solicitação de parecer emanada pela Direção Geral do Campus Restinga - IFRS sobre proposta de alterações da Instrução Normativa no 01, de 15 de outubro de 2018, que institui o Cadastro Permanente de Localizações e regulamenta o processo de movimentação de servidores(as) técnico–administrativos(as) em educação entre unidades organizacionais (setores) no âmbito interno do Campus Restinga, datado de 08 de outubro de 2021, tendo sido submetido à análise da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS).

**Análise:**

Considerando os documentos apresentados e a legislação pertinente ao tema, a saber:

- I. Of. Circ. Int. nº 243/2021/GAB/RESTINGA/IFRS;
- II. Instrução Normativa no 01, de 15 de outubro de 2018, que institui o Cadastro Permanente de Localizações e regulamenta o processo de movimentação de servidores(as) técnico–administrativos(as) em educação entre unidades organizacionais (setores) no âmbito interno do Campus Restinga;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga  
CIS Local

- III. Instrução Normativa no 03, de 09 de setembro de 2019, que atualiza o Cadastro Permanente de Localizações e regulamenta o processo de movimentação de servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação entre unidades organizacionais (setores) no âmbito interno do Campus Restinga;
- IV. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;
- V. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- VI. Instrução Normativa IFRS nº 02, de 19 de março de 2021.

A comissão passa a analisar todas as propostas de alteração, conforme segue:

***a. Quanto ao pedido de alteração do art. 2º da referida IN 01/2018 (substituída pela IN 03/2019)***

A comissão acompanha a solicitação de alteração, devendo o art. 2º ser atualizado conforme a proposta.

***b. Quanto ao pedido de alteração do art. 24 da referida IN 01/2018 (substituída pela IN 03/2019)***

A comissão apenas sugere a alteração do texto no §3º, e acompanha a solicitação de alteração/inclusão do art. 24:

Onde se lê:

§3º A chefia do setor deve encaminhar ao Gabinete da Direção-geral para alteração da portaria de localização, quando for o caso.

Leia-se:

§3º A chefia do setor deve solicitar ao Gabinete da Direção-geral a alteração da portaria de localização, quando for o caso.

***c. Quanto ao pedido de inclusão do capítulo V da referida IN 01/2018 (substituída pela IN 03/2019)***

A comissão sugere a seguinte supressão na proposta do art. 25, inciso I:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Campus Restinga  
CIS Local

Onde se lê:

Art. 25º - A Direção-geral pode alterar temporariamente a localização de um servidor entre as unidades organizacionais relacionadas no artigo 2º, desde que observadas as seguintes condições:

I. Necessidade institucional para suprir demandas de trabalho de uma determinada unidade organizacional, a partir da ausência de servidores, por redistribuição, exoneração, aposentadoria ou outros afastamentos previstos em lei.

Leia-se:

Art. 25 - A Direção-geral pode alterar temporariamente a localização de um servidor entre as unidades organizacionais relacionadas no artigo 2º, desde que observadas as seguintes condições:

I. Necessidade institucional para suprir demandas de trabalho de uma determinada unidade organizacional, a partir da ausência de servidores ou outros afastamentos previstos em lei.

Justificativa:

As situações previstas no inciso I do referido artigo ensejam vacância, e diante disso, há a necessidade de solicitação de uma nova vaga, e não uma realocação/relocação de servidor. A realocação de servidor para cargo vago pode trazer questões de sobrecarga e precarização do trabalho do servidor, evitando que uma demanda de código aberto seja suprido por um servidor quando alterada sua localização.

**d. Quanto ao pedido de alteração do ANEXO I da referida IN 01/2018 (substituída pela IN 03/2019)**

A comissão acompanha a solicitação de alteração, devendo o ANEXO I ser atualizado conforme a proposta.

**e. Outras sugestões**

- Revisão do texto das propostas de alteração quanto ao conceito de *unidades organizacionais*, que em alguns casos aparecem como *setores*;




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*  
CIS Local

- Na proposta de inclusão do capítulo V, sugerimos a inclusão sobre quais serão os critérios estabelecidos para a determinação/escolha do servidor requisitado para a movimentação temporária.

**Parecer:**

Diante do exposto, a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) emite parecer favorável com as adequações acima relacionadas.

Documento assinado digitalmente  
 Gabriella Fraga da Re  
Data: 29/10/2021 15:34:06-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Gabriella Fraga Da Ré  
Comissão Interna de Supervisão  
CIS – *Campus Restinga*  
Portaria nº 194/2019